



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 10/2016

----- Aos vinte e três dias do mês de maio do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos profissionais. -----

----- Pelas quinze horas, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o período antes da ordem do dia a Senhora Presidente deixou à consideração do executivo a antecipação da segunda reunião de Câmara do mês de junho, que seria no dia 24 de junho, para o dia 20. Após confirmação de todos os membros do executivo a segunda reunião do mês de junho ficou agendada para o dia 20 de junho, pelas 10 horas.-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Não foram presentes atas para aprovação.-----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: seiscentos e trinta e dois mil e dezanove euros e noventa e dois cêntimos.-----

----- Operações não Orçamentais: duzentos e nove mil, cento e setenta e seis euros e setenta e um cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- Não havendo assuntos para conhecimento seguiu-se o período de Intervenção

dos Membros do Executivo.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para perguntar quais os desenvolvimentos relativamente à situação do buraco na EN1 no cruzamento com o IC2, pois gostaria de saber se houve algum contacto com as Infraestruturas de Portugal, questionando também qual o prazo para a mesma ficar concluída. Disse que estava a alertar, pedir e reivindicar, uma atitude por parte da Câmara, para, em colaboração com a GNR, medir a velocidade, para salvaguardar a segurança dentro da localidade de Asseiceira dado que o semáforo lá colocado, para uma grande maioria, de nada vale. Disse também que aumentando o número de tráfego ligeiro e pesado, a probabilidade de haver acidentes é muito maior.-

----- Solicitou também que fosse verificado nos serviços a existência de um plano de segurança rodoviária relativamente a Asseiceira e sugeriu a colocação provisória de uma passadeira ou qualquer outra alternativa que contribuísse para a redução da velocidade, lembrando a falta de visibilidade junto da “Marisqueira”, sendo um local de muito movimento e alertava para isto no sentido de haver uma atitude preventiva, pois a obra vai levar muito tempo até ficar concluída.-----

----- Questionou também se havia alguma candidatura ao “Portugal 2020” para requalificação da Zona Industrial.-----

----- Para terminar leu um texto que o vinculava, mas que gostaria de partilhar com o Executivo, e isto resulta do facto de, felizmente, o concelho de Rio Maior, não ser uma das maiores vítimas, mas também aqui se vivem “alguns problemas de regime” e todos sabem que “a Constituição da República Portuguesa proclama que todos os cidadãos têm o direito à Educação, com garantia no acesso à igualdade de oportunidades, no acesso e no sucesso escolar.-----

----- “No artigo setenta e cinco a Constituição da República Portuguesa determina que compete ao Estado a criação de uma rede de estabelecimentos de ensino público que cubra as necessidades de toda a população, o que não dispensa, e ao mesmo tempo, reconhecer e fiscalizar o ensino particular e cooperativo, no respeito pela Lei e da qual, enquanto Professor muito me orgulho de ter pertencido, foi aí que comecei no longínquo ano de mil novecentos e setenta e seis uma carreira no ensino e á qual dediquei dezassete anos da minha vida. Com a Lei de Bases então aprovada, o sistema educativo determina que é da especial responsabilidade do estado central promover a democratização do ensino, garantindo a todos os portugueses a liberdade de aprender e ensinar com tolerância para as escolhas possíveis, mas abstendo-se de impor, felizmente, diretivas filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas e religiosas,

porque o ensino público não pode ser confessional. Laico, sim.-----

----- A massificação do ensino, felizmente proporcionada com o 25 de abril e promovida desde a primeira hora, criou, naturalmente dificuldades aos governos da democracia na concretização desse imperativo constitucional da criação de uma rede de escolas públicas que cobrisse todo o país com o fim de ultrapassar essa dificuldade, o estatuto de escolas do ensino particular e cooperativo que foi então aprovado, em mil novecentos e oitenta, instituiu os contratos de associação a serem celebrados com escolas particulares situadas em zonas carenciadas de escolas públicas.-----

----- Em dois mil e quinze procurando concretizar um outro projeto ao qual costumo chamar neoliberal radical e com a criação de um mercado educativo, sublinho, um mercado educativo alargado e concorrencial, convém lembrar que o volume de negócios no mundo existente com a educação é dez vezes maior do que o volume de negócios da indústria automóvel no mundo, o governo de então, PSD/CDS-PP celebrou contratos de associação em colégios privados que não correspondiam, nem correspondem às carências da rede e visavam financiar, isso sim, esses colégios, em prejuízo, como se sente no nosso concelho, do necessário, legalmente imperativo, do que o Estado devia fazer na escola pública e não transferir essas responsabilidades para as Autarquias Locais. -----

----- O Ministério da Educação decidiu hoje, agora, repor a legalidade e só permitir a celebração de novos contratos a partir de dois mil e dezasseis/dois mil e dezassete quando se verificar a manifesta incapacidade da escola pública de dar resposta às necessidades da população escolar, medida que tem tido uma violenta oposição da associação dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo. A mim cabe-me, neste executivo manifestar um apoio às medidas que visem e repor a legalidade e moralizar a celebração de contratos da decisão enquanto instrumento supletivo da escola pública. A mim, enquanto riomaiorense, cabe-me congratular, pelo Executivo Municipal, valorizar a escola pública. A mim cabe-me repudiar a campanha de desinformação brutal, não sei onde vão buscar tanto dinheiro, promovido pela associação de escolas do ensino particular, com o acompanhamento cúmplice de alguns partidos e com uma cobertura mediática que eu nunca vi, nos últimos tempos. A mim cumpre-me exigir, e desta bancada dizê-lo ao Governo, um conjunto de medidas que visem dotar a escola pública e as autarquias para um investimento consentâneo com o desígnio constitucional de garantir uma escola pública gratuita, universal, inclusiva, de qualidade para todos os cidadãos e assim assegurar o acesso à educação e ao conhecimento de todas as crianças do nosso concelho.”-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Solicitou à Senhora Presidente da Câmara que fosse feito o ponto da situação, de forma exaustiva, das candidaturas apresentadas ao “Portugal 2020”, nomeadamente as que foram apresentadas e se espera decisão e aquelas que o Executivo considera que são prioritárias, de forma a terem uma visão completa de qual a estratégia desta Câmara Municipal no aproveitamento dos fundos comunitários.-----

----- **VEREADOR ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Interveio para partilhar com o Executivo, a alegria que tivera ao ver pela primeira vez atuar em Rio Maior, a Banda da Vila da Marmeleira, após a sua reativação. O convite foi feito a partir da Banda da Carris e a Banda da Vila da Marmeleira aceitou de imediato, e sentira-se muito orgulhosa de os ver atuar em conjunto com uma Banda que tem setenta e nove anos de idade e a banda riomaiorense não sendo de tenra idade mas devido às vicissitudes por que passou, revelou que “está no bom caminho e recomenda-se”.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre o IC2 informou que na passada quarta-feira, o Diretor de Estradas de Santarém, Engº Alcino, reuniu com a Sra. Presidente, ele próprio e o Engº Ricardo, tendo-se deslocado ao local para analisarem a situação. Informou que ainda não se sabe qual o prazo para a conclusão da obra, dado que estão a decorrer vários estudos para verificar qual o melhor procedimento a seguir. Informou também que vão alterar e reforçar a sinalética, desde a Fonte Branca até Asseiceira. Quanto à situação dentro de Asseiceira informou que, o plano de que o Vereador Augusto Figueiredo falara ainda não foi encontrado. Relativamente à hipótese de colocar duas lombas dentro de Asseiceira, em locais a definir entre a CMRM e as Infraestruturas de Portugal, o Diretor de Estradas não foi muito recetivo, no entanto ficou de, a curto prazo, agendar nova reunião para fazer ponto da situação e verificar o que se poderá ou não fazer naquele local.-----

----- Relativamente ao Nó de Vale de Óbidos que tantas vezes já foi falado em reunião de Câmara, informou que o Engº Alcino pertence às Estradas de Portugal, há alguns anos, apenas se lembrava de que, quando se falou na construção do IP6, e apenas existe um troço feito entre Óbidos e Peniche, o mesmo deveria prolongar-se e entroncar com o IC2, algures no concelho de Rio Maior. O Diretor de Estradas de Santarém disse que quando foi feita a autoestrada Santarém/Caldas da Rainha todo o projeto inicial foi alterado e aquele nó de ligação entre o IP6 e o IC2 tinha desaparecido, ficando de enviar toda esta documentação. Informou também que o

portão existente no cruzamento junto do viaduto de Vale de Óbidos nunca foi nenhum acesso ao IC2, mas apenas um local para os camiões entrarem e saírem da obra.-----

----- Quanto à Zona Industrial informou que houve uma apresentação pública do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano onde foram identificadas as diferentes candidaturas, nomeadamente a requalificação da Zona Ribeirinha, a valorização e recuperação da Villa Romana, a reabilitação da Casa Senhorial e da Cultura, a requalificação do Núcleo Histórico do Paço Real que engloba a Biblioteca Municipal e o antigo Salão dos Bombeiros, assim como a requalificação da Praça do Comércio e Zona envolvente, englobando também o Chafariz.-----

----- Na área da Mobilidade, contempla a construção de ciclovias Rio Maior/Asseiceira e Rio Maior/Vale de Óbidos, entre outras. Também engloba a melhoria de vias dentro da cidade, nomeadamente as Ruas João T. Barbosa, 5 de Outubro e Rua do Mercado, candidaturas já aprovadas. Também está contemplado a construção de um Parque de Estacionamento de Apoio ao Terminal Rodoviário e respetivas acessibilidades, entre o Centro Escolar nº 2 e a Mina do Espadanal, o que totaliza cerca de quatro milhões de euros.-----

----- Informou que o Executivo está a preparar candidaturas ao Ciclo Urbano da Água, não se sabendo ainda concretamente o que poderá ser enquadrado no “Portugal 2020”, mas estão já a trabalhar na elaboração de alguns projetos, nomeadamente, a questão das perdas de água no concelho, sobretudo na parte Sul (Centro de Saúde e Via-Vai), processo já adjudicado a uma empresa que entregará o estudo prévio durante a próxima semana.-----

----- Deu também conhecimento que estão a elaborar o projeto para uma candidatura para a Requalificação do Saneamento da Zona Industrial, que é unitário. Esta candidatura engloba também a construção de duas estações elevatórias, que vão ligar o Bairro Social de Azinheira e o Bairro Social da Ribeira de S. João à rede pública. Também estão a avançar com outros projetos na parte antiga da cidade, zona do Alto Pina e Rua D. Afonso Henriques e outras, zonas da cidade onde o sistema de saneamento ainda é unitário. Estes processos estão a ser elaborados internamente. Conclui este assunto referindo que o valor previsto para as candidaturas do Ciclo Urbano da Água rondará um milhão e meio de euros.-----

----- Ainda no uso da palavra e sobre a problemática das águas, referiu que o concelho de Rio Maior tem agora um produtor de vídeos, pessoa muito dedicada a estas áreas, o que é de saudar, considerando que um outro, muito conhecido e que ganhou alguns prémios, já faleceu.-----

----- Seguidamente recordou que nos anos oitenta, o depósito da Rua Marquês de Rio Maior, servia de depósito de água e, em simultâneo, de base de expansão, sendo

sistemáticas as reclamações dos vizinhos, devido aos diversos rebentamentos que ocorriam e várias vezes a Câmara Municipal teve que indenizar as pessoas devido às perdas de água, situação esta com muitos anos. Acrescentou que, quando foi feito o novo depósito do Centro de Saúde, o problema das perdas de água manteve-se, pois apenas se desativou um depósito antigo. -----

----- Referiu ainda que, quando o município de Rio Maior assinou o contrato com as Águas do Oeste, recebeu alguns pontos de entrega e sistematicamente, a água em alta, passou a chegar com maior quantidade e pressão ao Via-Vai e por sua vez à cidade e disse ainda que ao longo dos anos ninguém se preocupava com as perdas de água, pois eram captações próprias e havia a ideia de que a água era um bem ilimitado.-----

----- Ainda sobre as perdas de água lamentou que pessoas que agora se intitulam técnicos e que aproveitaram o exercício de funções executivas, para fazer alguns cursos, provavelmente a custo do erário público, mas que atualmente, se dedicam a investigar as questões relativas a esta matéria, considerando-se pessoas iluminadas, mas que, no exercício de funções não resolveram os problemas existentes e quando questionado sobre a melhor solução para este problema, as perguntas ficaram sem resposta. Opinou que, caso se tratasse de um problema de fácil solução, já estaria resolvido e assumiu também a sua parte de responsabilidade pois nesses anos, também estivera no exercício de funções, assim como o Vereador Carlos Nazaré.-----

----- Seguidamente passou a ler um pequeno memorial sobre o que o atual Executivo fez nesta área, desde dois mil e nove, sempre na tentativa de minorar as perdas de água no concelho: “Já falei do depósito Marquês de Rio Maior, do depósito novo, depois vieram as Águas do Oeste em que a quantidade de água fornecida passou a ser muito superior. Recordo que durante muitos anos os prédios construídos na Av. Paulo VI tinham de ter uma bomba para elevar a água para o último piso, porque não havia pressão naquela zona, e na minha opinião o erro que o município de Rio Maior cometeu foi, a partir de determinada altura permitir o licenciamento de todos os prédios, sem terem elevação de água própria e para esta subir até aos últimos andares, isso só foi possível aumentando as pressões, razão pela qual há, durante o dia, a pressão baixa devido ao consumo e durante a noite, como há menor consumo aumenta a pressão. Como o depósito do Centro de Saúde continua a ser um depósito que serve de receção e distribuição, ao continua a receber água que vem do Via-Vai e não havendo consumo, se fosse tapado o “ladrão” as condutas na parte nova da cidade rebentavam e como está tudo interligado a água vai ter ao depósito do CRE, situação já com muitos anos. Lamento que não tivesse havido capacidade de resolver este problema desde mil novecentos e setenta e quatro, quando o Poder Local foi

criado.-----

----- Lembro também, ainda com o Engº. Gonçalves, em setembro de dois mil e dez, fizemos um investimento no depósito do Centro de Saúde para tentar minorar as perdas de água, que custou sete mil euros e que não resolveu. Depois, passado um ano, abriu-se concurso para um projeto de execução da conduta adutora à cidade de Rio Maior, projeto esse que contemplava e tentava minorar essas perdas, mas o único concorrente que apareceu de Coimbra – Central de Projetos, abandonou o projeto devido às dificuldades que tiveram para o elaborar. -----

----- Em dezembro de dois mil e catorze quando foi o overbooking do Ciclo Urbano da Água, uma das candidaturas feitas, no montante de cento e cinquenta mil euros, era a telegestão do sistema de abastecimento de água à zona norte do concelho de Rio Maior, candidatura esta que não foi aprovada.-----

----- Posteriormente, após várias reuniões, em que o Vereador Carlos Nazaré também esteve presente, com professores catedráticos, que devem ter mais conhecimentos que “investigadores” e mesmo assim, este grupo, há cerca de um ano que está a tentar arranjar uma solução para resolver o problema das perdas no depósito do Centro de Saúde. Depois de várias soluções apresentadas, consoante vão desenvolvendo os trabalhos surgem novas dúvidas e ainda não conseguiram encontrar uma solução, estando neste momento a preparar um estudo prévio intitulado “Diminuição de Perdas de Água na Zona Piloto do Via-Vai”, é um consórcio de empresas que o está a preparar e cujo custo de investimento ainda não está definido e que se prevê estar concluído dentro de duas semanas, para, posteriormente se avançar com o concurso de concessão e execução, na tentativa de normalizar e resolver a situação, dado que, quando se fala do Via-Vai fala-se em toda a zona que recebe água a partir daí. Estamos a falar em gabinetes com pessoas que vêm do “técnico”, tratando-se, na sua modesta opinião, de empresas muito bem cotadas a nível nacional, nesta problemática da água, nomeadamente a Municipia a Tecnilab que têm fornecido equipamentos não só para o município de Rio Maior, mas também, para grande parte dos municípios sendo este um pequeno historial, só para dizer que, se fosse fácil, todo o processo já estaria resolvido.-----

----- O Município, mesmo antes de aparecerem as sumidades a chamar a atenção, tem feito várias reuniões, com a colaboração do Vereador Carlos Nazaré, Engº Ricardo Rosário e outros técnicos da Câmara Municipal, assim como também de empresas externas na tentativa de arranjar uma solução para o problema.-----

----- Para concluir, quero dizer que nos últimos anos, desde o primeiro mandato da Dra. Isaura Morais, e mesmo antes do aumento da água, fizeram-se investimentos que rondaram cerca de um milhão de euros, nomeadamente a elaboração do estudo

técnico para redução e monitorização de fugas no montante de vinte e sete mil euros; fornecimento de equipamento para deteção, vinte e dois mil euros; implementação de controle e telemedida no concelho - fase um, setenta e quatro mil euros e o restabelecimento da conduta de abastecimento de água a Rio Maior. Também foram feitas interligações entre o Parque de Negócios e a Zona Industrial, em que as condutas que passaram durante mais de quarenta anos nos terrenos da Sifucel, estão desativadas. Foi feita uma ligação entre Assentiz e Marmeleira, para tentar, antes da última remodelação, acabar com os problemas da falta de água na Vila da Marmeleira. Foi também feita uma ligação, em alta, entre o depósito do Centro de Saúde e Freira, para em caso de necessidade, ser ali mais um ponto de entrega, assim como também foi feita a ligação Freiria/Senta, ao longo da EN1, para permitir que a zona do Centro de Saúde não tenha tantas perdas de água. Aditou que, se juntar a todos estes investimentos, os investimentos no Arco da Memória e Vila da Marmeleira, rondará um milhão e meio de euros. Diga-se também, que destes dois investimentos, overbooking e ciclo urbano da água, o município de Rio Maior ainda não recebeu qualquer verba.”--

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Voltou a usar da palavra para dizer que tinha apenas pedido informação sobre as candidaturas ao “Portugal 2020” e subscreveu grande parte do que foi dito pelo Vereador Carlos Frazão no que concerne à complexidade do sistema e à dificuldade de ter uma solução. Trata-se de um sistema complexo feito ao longo dos anos e as condutas adutoras são simultaneamente condutas distribuidoras o que dificulta muito a solução e só com verbas a sério é que se pode fazer condutas adutoras novas e manter as existentes apenas para a distribuição, sendo este um problema que se pode resolver, mas implica a disponibilização das verbas necessárias. -----

----- Reconheceu a grande dedicação e empenho das equipas que estão a trabalhar nesta matéria, nomeadamente, os serviços da Câmara, e as equipas que têm sido solicitadas pela Câmara para estudar o problema. Também reconhecia as dificuldades e verificava que, atualmente, o que há de perdas de água, não tem nada a ver com o que se passou no passado, frisando a necessidade de haver todo um trabalho de divulgação, na opinião pública, das medidas já tomadas e o trabalho que está a ser feito, porque um vídeo daquela natureza, que mostra a água a verter daquela forma, e pode ser apenas durante meia hora, num determinado dia ou numa determinada semana, mas a verdade é que se faz apologia de que aquela é uma situação continua e para quem paga a água tão cara e com tantas dificuldades, isso revolta, daí o trabalho que deve ser feito, de esclarecimento da opinião pública, pois apesar da resposta não ser imediata, ela é complicada e custa dinheiro, no entanto este é o momento para o fazer.-----

----- Disse que a candidatura tem que ser feita, fique o que ficar por fazer, e também de se mostrar aos munícipes que o Executivo não está parado e que o facto de não estar ainda resolvido, não equivale a inércia, nem desleixo, sendo uma circunstancia que pontualmente acontece porque não há mecanismos para fechar a água sem que a cidade fique sem água, ou a conduta rebente, daí a urgência num esclarecimento público, pois são situações pontuais que acontecem nalguns depósitos, mas que sempre aconteceram. Disse ainda que falou com os serviços e reconhecia que graças a alguns investimentos que se fizeram e ao cuidado por parte daqueles, não são hoje tão significativas como já o foram, mas obviamente que esta mensagem chegar nos termos em que chegou revolta as pessoas. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu que quando o estudo prévio for entregue e na altura em que a Câmara Municipal esteja a preparar o caderno de encargos para o projeto de conceção e execução, o mesmo deveria ser apresentado internamente, em primeiro lugar. Disse também que estava previsto, entre outras situações, fazer novas condutas adutoras e as existentes ficarem apenas para distribuição, o que aponta para um investimento de cerca de quinhentos a oitocentos mil euros. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre a questão da água opinou que se devia olhar para quarenta anos de Poder Local democrático, ou seja perdeu-se muito tempo e a situação, face aos constrangimentos, obriga a tomadas de decisão dolorosas, quer na potenciação das primeiras candidaturas, quer de outros quadros comunitários, pois para este quadro já se torna necessário dar uma grande volta para poder contemplar algumas destas soluções. Disse ser importante chamar a atenção para o facto de ter havido decisões tomadas quanto à integração nas Águas do Oeste.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu a nova realidade existente e que todos têm de saber viver com ela, que são as redes sociais e todo o impacto e alcance que tem uma questão mal contada ou mal explicada e, publicamente, lamentava que pessoas que tiveram em tempos responsabilidades na gestão do sistema da água, e que tinham obrigação de conhecer os seus problemas, mas também tinham obrigação de conhecer as dificuldades que se apresentam para resolução dos mesmos, e com quem tivera a oportunidade de reunir e explicar o que a Câmara estava a fazer, pois trata-se de uma situação que já não é de agora, tal como o relatório que o Vice-Presidente muito sucintamente citou, será posteriormente apresentado de uma forma muito mais detalhada, não precisava que fosse feito um vídeo às seis horas e trinta da manhã, propositadamente, pois isso não se verificaria, por exemplo, às vinte horas e trinta minutos, salientando as inúmeras

explicações que deu durante o fim-de-semana, sobre a razão desta situação acontecer. Esclareceu que se referia concretamente ao Senhor João Teodoro Miguel, que foi Vereador desta casa, com o qual reunira para esclarecer a situação e será normal que perceba mais desta área do que ela própria, pois como o Vereador Dr. Carlos Frazão já disse, teve oportunidade de fazer um curso, provavelmente financiado pela Câmara, e nas redes sociais quando questionado sobre uma solução a curto prazo, não deu resposta.-----

----- Lamentou que usem as redes socais para mostrar o tal vídeo que quebra o coração, uma situação que acontece em determinadas horas, salientando que aquela imagem choca principalmente a Presidente da Câmara, que tem a responsabilidade de colocar as coisas em conformidade, para que aquilo não aconteça, e que tem interesse que a situação se ultrapasse e seja resolvida, pois se fosse fácil já o estaria há bastante tempo, mas estão a trabalhar com pessoal especializado da área da hidráulica que irão prestar todo o apoio e que irão ajudar a encontrar soluções para este grave problema.-----

----- Informou o Vereador Carlos Nazaré que há também a candidatura para a requalificação da EB de Asseiceira, a requalificação do Centro Escolar nº 1, para eficiência energética e a candidatura do Ciclo Urbano da Água, cujo projeto será apresentado na próxima quarta-feira, poderá não ter enquadramento nestas candidaturas, mas se entenderem que é uma prioridade do município, não se poderá esperar por financiamento. Disse também que o vídeo colocado não é uma novidade, sendo algo que acontece em Teira, em quantidades menores, acontece no CRE, e quanto aos comentários feitos no vídeo apenas os classificava como inverdades.-----

----- Opinou que todos sabiam que no próximo ano este Executivo será certamente alvo de situações como esta, com responsáveis de partidos e outras organizações políticas a preferirem este tipo de campanhas de intoxicação pública, em vez de discutirem os assuntos, quer na Câmara, quer nas Assembleias Municipais, onde nunca colocaram sequer questões sobre estes ou outros problemas e dizer também que enquanto autarca eleita pelos seus concidadãos, e falava por todo o executivo, pois considerava que as divergências existentes, seguramente, não são neste tipo de assuntos, afirmando também que não guiava as tomadas de decisão por calendários eleitorais, pois “a nossa missão é gerir a autarquia sem desperdício de dinheiros públicos garantindo a sua sustentabilidade, sem deixar de realizar os investimentos necessários para garantir uma elevada qualidade de vida aos nossos munícipes e a quem nos visita. Compreendo que alguns tenham dificuldade de aceitar que temos vindo a fazer um bom trabalho e que tenham necessidade destes artifícios, com o aproximar do final do mandato, para tirarem dividendos políticos, mas essa nunca foi,

e seguramente não será, a forma de atuar das pessoas que estão em volta desta mesa”.-----

----- Terminou a intervenção referindo que, caso a questão da telegestão entre outras de que se tem estado a falar, não tenham enquadramento nas candidaturas a apresentar, o Executivo irá apurar valores e definir prioridades, e não ficará a aguardar fundos comunitários e tentará encontrar uma solução.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Para concluir opinou que isto aparecia agora porque não foi dada prioridade a este assunto como a que hoje este Executivo lhe dá e as pessoas devem perceber que em tempos idos, quer a água, quer os esgotos como estavam debaixo do chão não davam votos e competia-lhe lembrar isso, pois atualmente quem está a pagar isso são os munícipes, lembrando também que noutros tempos não havia o princípio do consumidor pagador e agora que está tudo controlado, e, por esses erros, ou por essas impossibilidades, todos estão a pagar.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para corrigir e dizer que os Executivos a que tivera a honra de pertencer durante muitos anos, liderados pelo Dr. Silvino Sequeira, enterraram obra debaixo do chão, nomeadamente o saneamento, pois foi o concelho da Lezíria que mais avançou nesta área, fazendo oitenta por cento do saneamento, portanto não foi para que lhe dessem votos, foram prioridades assumidas. Sobre as águas referiu as muitas dúvidas que sempre existiram da parte da Administração Central, relativamente à privatização do sistema, no futuro, e frisou que a Câmara Municipal foi obrigada a integrar as Águas do Oeste e não vale a pena estar a falar do passado para cima dos autarcas, pois isso deve ser atribuído à Administração Central.-----

----- Disse também que quando se fala em Fundos Comunitários e no Quadro 2020, não pode ser esquecido o valor do défice na água, no saneamento e nos resíduos, de um milhão e quatrocentos e quarenta mil euros, frisando que só nas águas residuais são setecentos mil euros, daí ver com muita vantagem a separação das águas residuais, das outras águas, porque efetivamente trata-se de um valor muito elevado.--

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse ser fácil fazer sugestões quando não se pertenceu ao Executivo e obviamente que tanto ele como o Vereador Carlos Nazaré pertenceram aos Executivos desde mil novecentos e oitenta e seis, estando à vontade para contestar aquilo que fora dito, pois quando se circulava pelo meio rural e cidade e se perguntava às pessoas o que pretendiam, fora do período eleitoral, e a resposta era estradas alcatroadas e recordou a propósito um antigo Presidente de Junta de Freguesia de Arrouquelas, já falecido, que dizia a alegria que sentia quando lhe davam uma carrada

de tout-venant por ano, referindo que ainda hoje continuam a surgir reclamações quando as vias estão em mau estado.-----

----- Relativamente aos primeiros, segundos e terceiros Quadros Comunitários de Apoio referiu que as opções foram tomadas pelas pessoas que foram eleitas, e o que foi feito na zona industrial não foi englobado em nenhuma candidatura, esclarecendo que os dois sistemas são o de águas pluviais e domésticas e tem estação de tratamento.-----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 30/2016 DE 13 DE MAIO – FREGUESIA DE ALCOBERTAS – AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAR A VIA PÚBLICA - PROVA DESPORTIVA – “VI EVENTO – CARRINHOS DE ROLAMENTOS E TRIKE BIKES”** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho ratificar o Despacho n.º 30/2016, de 13 de maio, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no qual foi autorizada a utilização da via pública, do percurso assinalado em mapa, no dia 15 de maio, pelas 14:30 h e fim pelas 19:00 h, condicionado aos pareceres acima referidos, para a realização da atividade desportiva denominada “VI Evento – Carrinhos de Rolamentos e Trike Bikes”, bem como a isenção do pagamento das taxas.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO II – COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA – NOMEAÇÃO DE COMISSÃO** -----

----- A Presidente da Câmara retirou o presente assunto da Ordem de Trabalhos considerando a informação prestada pela Vereadora Ana Figueiredo, de que a composição da anterior comissão não fora alterada, mantendo-se ainda em funções.---

----- **PONTO III – TASQUINHAS 2016 – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS A ENTIDADES DIVERSAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é nos termos da informação em apreço, aprovar a atribuição de verbas às Associações, Coletividades, Clubes Desportivos e Instituições Particulares de Solidariedade Social, participantes na XXXI Edição da Feira de Gastronomia, Artesanato e Doçaria – Tasquinhas 2016, no valor total de 16.632,50€ (dezassex mil, seiscentos e trinta e dois euros e cinquenta cêntimos). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Sobre este assunto começou por se congratular com a rapidez com que foi apresentado ao executivo o pagamento do prémio de presença e das senhas às diversas associações e chamar a atenção que este deve ser o evento mais económico que se realiza, o que significa que, tirando os sete mil duzentos e oitenta euros da Associação Empresarial, este contributo para as coletividades, para além do lucro que tiveram, significa a importância que têm neste evento, daí considerar que o cartaz inclua os logotipos destes parceiros fundamentais nas Tasquinhas, pois sem estas coletividades não se fazem tasquinhas com este modelo.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO IV – REABILITAÇÃO DA TORRE MOURISCA DE S. JOÃO DA RIBEIRA – APOIO AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE S. JOÃO BATISTA DE S. JOÃO DA RIBEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações e pareceres emitidos, e nos termos da alínea u) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de um apoio ao Centro Social e Paroquial de S. João Batista de S. João da Ribeira para Reabilitação da Torre Mourisca de São João da Ribeira.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocado a votação a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente no pressuposto de que as obras serão acompanhadas por quem tem a competência técnica e a tutela para o fazer.”-----

----- (Ausentou-se da reunião o Vereador Carlos Fernando Frazão Correia).-----

----- **PONTO V - REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL NA CONFERÊNCIA DECISÓRIA NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI Nº 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO - REGULARIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E EXPLORAÇÕES EXISTENTES BEM COMO DE ALTERAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS OU INSTALAÇÕES QUE SE ENCONTREM EM DESCONFORMIDADE COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL, SERVIDÕES E RESTRIÇÕES ADMINISTRATIVAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida e no âmbito do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, designar como seu representante na conferência decisória o Senhor Vereador Carlos Fernando Frazão Correia e como suplente o Senhor Chefe da Unidade de Urbanismo,

Planeamento e Ordenamento do Território e Espaço Público (UPOTEP) Jorge Heitor Sousa Gomes da Silva Peixoto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocado a votação a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- (Voltou à reunião o Vereador Carlos Fernando Frazão Correia).-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA** -----

----- Começou por questionar o ponto da situação relativamente à legalização dos terrenos onde está implantado o Bairro Social de Vale de Óbidos, referindo que a área envolvente está intransitável, sendo esta a questão principal, neste momento.-----

----- Reportou-se à Zona Industrial de Rio Maior, referindo que ao longo deste tempo tem sentido que nenhum membro do atual Executivo e de outros executivos para trás alguma vez apresentou este problema, recordando a grande vontade do atual executivo em alindar a Rotunda da Zona Industrial, congratulando-se com o embelezamento da mesma, no entanto verificava-se no local uma anarquia total em termos de informação toponímica, o que lamentava, pois considerava que também cabia aos industriais lá instalados melhorarem a situação e se provavelmente houvesse um esforço conjunto, já se teria conseguido melhorar, sendo uma zona que deveria ser melhorada dado a sua importância.-----

----- Sobre o vídeo e a referida perda de água em concreto, disse que como cidadão não o afligia porque há cerca de vinte e cinco dias isso também tinha acontecido numa albufeira e fora necessário drenar o excesso de água e a jusante os agricultores queixaram-se que não estava previsto toda aquela água e o que gostaria mesmo, assim como todos os munícipes do concelho, era que o preço da água baixasse.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Começou por dizer que havia situações, em termos de património, que aconteceram em determinada altura, e que atualmente não seria possível e este Executivo ao longo dos anos tem vindo a regularizar várias situações pendentes, sendo uma dessas situações o Bairro Social de Vale de Óbidos, mas têm estado a trabalhar no sentido da sua resolução. Recordou que se disponibilizara para receber os munícipes em causa, caso assim o entendessem, o que não se verificou até ao

momento. Salientou que a Câmara tem todo o interesse em regularizar a situação, assim como já regularizou outras, mas são situações que não dependem somente da Câmara Municipal e referiu mais uma vez total disponibilidade para receber os interessados, sendo um processo que tem vindo a acompanhar pessoalmente e os serviços estão a trabalhar no sentido da sua resolução.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Informou que já foram pedidos orçamentos para a sinalética a colocar na Zona Industrial, pois o que lá se encontra não é um bom cartão de visita para quem se desloca aquele espaço. Disse ainda que, com as receitas resultantes dos concursos da sinalética direcional publicitária na cidade, já estão em condições de começar a organização e ordenamento da sinalética da Zona Industrial.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezasseis horas e quinze minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA:_____

A COORDENADORA TÉCNICA:_____